



Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior

ISSN: 1414-4077

revistaavaliacao@uniso.br

Universidade de Sorocaba
Brasil

Bittar, Marisa; da Silva, Márcia Regina; Piumbato Innocentini Hayashi, Maria Cristina

Produção científica em dois periódicos da área de educação

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 16, núm. 3, novembro, 2011, pp. 655-674

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219121034009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DOIS PERIÓDICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

MARISA BITTAR*

MÁRCIA REGINA DA SILVA**

MARIA CRISTINA PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI***

Recebido: 15 fev. 2011

Aprovado: 20 maio 2011

* Dra., Profa. do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: bittar@ufscar.br

** Dra., Profa. do Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: marciaregina@usp.br

*** Dra., Profa. do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: dmch@ufscar.br

Resumo: O presente artigo focaliza a avaliação da produção científica em Educação veiculada entre 2001 e 2007 em duas das principais revistas da área: a Revista Brasileira de Educação (RBE) e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). A metodologia adotada constou da seleção leitura dos resumos e textos integrais dos estudos e categorização de autores e temas abordados, os quais foram analisados à luz das abordagens dos estudos bibliométricos e da pesquisa histórica analítico-descritiva. Os resultados obtidos apontaram que o comportamento de publicação dos autores na RBHE e da RBE são similares e que a produção científica em Educação possui particularidades, porém traz em seu cerne características da pesquisa em Ciências Humanas em geral; por exemplo, índices elevados de publicação individual, predileção para utilizar como referências livros e capítulos de livros, frequência elevada de comunicação científica em fontes nacionais, entre outras características.

Palavras-chave: Pesquisa em educação. Avaliação da produção científica. Análise bibliométrica.

SCIENTIFIC PRODUCTION IN TWO JOURNALS IN THE EDUCATION FIELD

Abstract: This article focuses the evaluation of scientific literature in Education published between 2001 and 2007 in two major journals in the field: the Journal of Education (RBE) and the Journal of the History of Education (RBHE). The methodology consisted of selecting and reading the abstracts and full texts of the studies of authors and themes, which were analyzed using the approaches of bibliometric studies and with the aid of historical research with an analytic-descriptive focus. The results showed that the behavior of publication are similar in both journals and the scientific literature in education has its own peculiarities, but it has at its core characteristics of social science research in general, for example, high levels of individual publication, predilection to use as reference books and book chapters, high frequency of scientific communication on national sources, among other features.

Key words: Education research. Evaluation of scientific production. Bibliometric analysis.

INTRODUÇÃO

Já é de entendimento comum o fato de que a pesquisa em educação no Brasil ser classificada em dois grandes períodos: antes e depois da instituição dos Programas de Pós-Graduação nas universidades. O primeiro deles, remontando

aos estudos do INEP, criado em 1938 pelo Estado Novo. Em 1965, ano da instituição da Pós-Graduação em Educação no Brasil, que coincidiu com o início de outra ditadura, a pesquisa passou a ser praticada no âmbito universitário. E foi exatamente nesse ambiente que as primeiras críticas à política educacional do regime militar começaram a ser elaboradas, tornando os poucos Programas que então existiam em verdadeiras trincheiras das teorias críticas, passando a exercer influência na interpretação da escola e de seu papel em uma sociedade com as características da brasileira. Aquela fase deixou suas marcas. Segundo Luiz Antônio Cunha (2006), as principais foram: a criação de uma bibliografia de referência para a área, especialmente oriunda das primeiras dissertações e teses produzidas nos Programas; o fim do isolamento dos cursos de Pedagogia, trazendo para o campo da educação novas interpretações, da Sociologia, da História, da Economia etc.

Terminada a ditadura militar, a rápida expansão da Pós-Graduação em Educação, que chegou em 2010 com mais de noventa Programas entre Mestrados e Doutorados, converte-se na principal característica da pesquisa em educação no Brasil na contemporaneidade. Esse ritmo foi acompanhado de uma rígida política estatal de avaliação, especialmente a partir da década de 1990, o que, por sua vez, provocou mudanças no padrão de produção. No tocante a esse aspecto, a história da Pós-Graduação conviveu com dois modos distintos de funcionamento: num primeiro momento, a pesquisa acadêmica não estava premissa por prazos, mensurações e avaliações tão sistemáticas; já no atual, todas as atividades da Pós-Graduação são rigorosamente avaliadas pela CAPES, que estabelece a classificação dos Programas. Considerando que o item sobre o qual recai o maior peso da avaliação é a produção intelectual, conclui-se o quanto a produção científica está envolta em clima de concorrência e tensão, uma vez que cada pesquisador, individualmente, tem a sua produção mensurada e avaliada anualmente, já que a produção científica é item fundamental na avaliação da CAPES e na qualificação do pesquisador para o acesso a financiamentos.

Essa realidade se mescla a outra que também caracteriza o modo atual de produção acadêmica: a complexidade de um campo que se reorganizou na fase final da luta contra a ditadura militar tanto no terreno científico quanto no sindical-corporativo. Grupos de Trabalho, Comitês Científicos, Conselhos Editoriais de revistas bem como o aumento da participação de pesquisadores nas próprias instâncias avaliadoras do Estado são fenômenos oriundos da conjuntura nacional de luta contra o autoritarismo, ocasião em que a sociedade brasileira se mobilizou para organizar as suas entidades, sindicatos e partidos políticos. No que diz respeito à área acadêmico-científica, além de associações

sindicais representando os docentes do ensino superior, diversas entidades de caráter científico foram criadas, sendo uma delas a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1978. No seu interior, foram formados Grupos de Trabalho contribuindo para aproximar os pesquisadores e para a realização de estudos nas várias subáreas da Educação.

Além da ANPEd, diversas outras associações científicas representando subáreas da educação também foram constituídas. Dentre essas subáreas de conhecimento uma das que mais se desenvolveu foi a da História da Educação, fato que pode ser mensurado pela existência do Grupo de Trabalho de História da Educação da ANPEd, que vem influenciando a pesquisa nessa área de conhecimento desde a década de 1980, e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), criado na UNICAMP, em 1986, por Dermeval Saviani, além da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), fundada em 1999. Essas entidades vêm organizando eventos científicos, estimulando novos estudos e veiculando resultados de pesquisas, bem como a exigência de que os pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação estejam participando de grupos de pesquisa. A atual política de avaliação da CAPES promoveu mudanças significativas no campo. Isto porque a constituição de novos espaços nos quais a pesquisa é pensada, produzida e divulgada, aliada à obrigatoriedade de produção bibliográfica, além de ter provocado aumento na disputa pelo capital científico e pelo poder acadêmico, vem resultando na gradativa substituição do padrão de produção de conhecimento na área. Nessa nova conjuntura, os periódicos passaram a ser o veículo principal para onde conflui essa produção, especialmente aqueles cuja classificação é mais alta no sistema Qualis, gerando outro fator de disputa e competitividade que marca o campo.

Tais considerações preliminares têm o propósito de justificar o presente trabalho, que tem como objetivo apresentar os principais resultados obtidos com a análise bibliométrica da produção científica em Educação tomando como objeto de estudos os artigos publicados em dois periódicos científicos (revistas científicas) da área: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), e a Revista Brasileira de Educação (RBE), mantidas respectivamente pela SBHE pela ANPEd. Ao escolhermos esses dois periódicos tivemos em mente as razões já expostas e o objetivo de cotejar a produção materializada em ambas, buscando possíveis especificidades que distinguíssem o campo da História da Educação.

O interesse pelo exame da produção científica no campo da Educação é uma prática que remonta ao início da Pós-Graduação, destacando-se os estudos de Gouveia (1970, 1974, 1976), Cunha (1979) e Goergen (1986). A eles foram

acrescidos os trabalhos de Warde (1990) sobre a produção científica em História da Educação tendo como fonte de dados teses e dissertações. Mais recentemente, estudos dessa natureza aumentaram significativamente, destacando-se os de Gatti (2001) e André (2001). Também foram realizados levantamentos dos trabalhos apresentados em eventos (ZEQUERA, 2001; BITTAR, 2005), além da produção científica em História da Educação, utilizando a imprensa periódica educacional como fontes de pesquisa, como o de Catani e Bastos (2002). Na esteira desses trabalhos, pretendemos contribuir para o conhecimento do campo por meio do estudo de periódicos, por serem eles, atualmente, os mais requisitados pela política de avaliação dos Programas de Pós-Graduação para a publicação da produção científica. Acredita-se que estudar o campo da Educação com base nessa produção científica seja válido não só pela possibilidade de verificar a comunicação e a atividade científica dos atores envolvidos na produção do conhecimento deste campo de conhecimento, mas, principalmente, para contribuir com a historiografia da educação brasileira. Além do mais, conforme salienta Hayashi (2007), a avaliação, em qualquer ramo do conhecimento, permite dignificar o saber na utilização de métodos confiáveis e sistemáticos, para mostrar à sociedade como tal saber vem se desenvolvendo e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam em sua área de abrangência.

O primeiro número da Revista Brasileira de Educação (RBE) foi publicado em 1995, dezessete anos depois da criação da ANPEd, entidade que a mantém, o que reforça nossa tese de que a publicação de artigos não era tão importante na área antes de 1990. Tal fato fica ainda mais nítido ao considerarmos que, ao contrário, a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), tão logo se constituiu (1999), criou a RBHE. O seu primeiro número foi publicado em 2001, ocasião em que a periodicidade era semestral. Considerando que o marco cronológico final desta pesquisa era 2007, o período de análise desse trabalho compreendeu sete anos de pesquisa, representados pelos quinze números de ambas as revistas, publicados entre 2001 e 2007 (RBHE) e entre 2003 e 2007 (RBE), o que contribuiu para caracterizar a produção científica em Educação selecionada para o estudo. A somatória dos artigos na RBHE e na RBE totaliza 241 artigos e 6.080 referências citadas ou consultadas. A coleta de dados foi realizada no próprio site da RBHE, onde estão disponíveis na íntegra todos os artigos publicados, e na biblioteca eletrônica Scielo, que disponibiliza os artigos na íntegra da RBE.

Este *corpus* de 241 artigos foi submetido à análise bibliométrica. A Bibliometria permite, entre outros aspectos, mapear um campo científico, analisar

o comportamento dos pesquisadores em suas decisões para construção desse conhecimento (VANTI, 2002). Além disto, pode ser aplicada em diversos campos, tais como a História da Ciência, para traçar a evolução das disciplinas e nas Ciências Sociais, para descobrir as motivações e as redes de pesquisadores (HAYASHI; HAYASHI; MARTINEZ, 2008). Para isto, é necessário coletar e classificar dados de autoria dos artigos, fontes citadas, visando construir indicadores bibliométricos os quais oferecem uma visão aprofundada dessa produção científica, incluindo aí o seu conteúdo. Na análise bibliométrica da produção científica são produzidos indicadores, tais como: autoria e co-autoria, vinculação institucional, citações, etc.

Assim, após a coleta os dados foram estruturados e categorizados com a utilização dos softwares *Vantage Point*, para análise bibliométrica e MS Excel para geração de gráficos, visando à organização dos resultados obtidos para posterior análise e interpretação.

INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS DOIS PERIÓDICOS

Para melhor compreensão, a apresentação dos resultados foi dividida em três partes: 1) indicadores bibliométricos de autoria – referentes aos autores que publicaram artigos na RBHE e RBE; 2) indicadores bibliométricos dos artigos – referentes aos artigos publicados na RBHE e RBE e 3) indicadores bibliométricos das citações realizadas pelos autores que publicaram artigos na RBHE e RBE.

É válido ressaltar que a análise bibliométrica que será apresentada a seguir é baseada em estatísticas, portanto torna-se essencial entender que os resultados não refletem a complexidade da pesquisa educacional em todos os âmbitos da produção científica. Como referem Hayashi, Hayashi e Martinez (2008, p.134):

o uso da bibliometria não acontece sem problemas ou questionamentos. Ela pode não ser eficaz e apresentar algumas desvantagens, entre as quais: tempo; custo; erro na coleta de dados; publicações e práticas de citações variadas que tornam difíceis as comparações; propensão às autocitações pelos cientistas e grupos de pesquisa; suposição de que qualidade e utilidade estão ligadas às citações.

Assim, nas análises realizadas nesse artigo deve-se levar em conta, com efeito, a amostra selecionada para a análise e a literatura de apoio utilizada.

INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DE AUTORIA NA RBHE E RBE

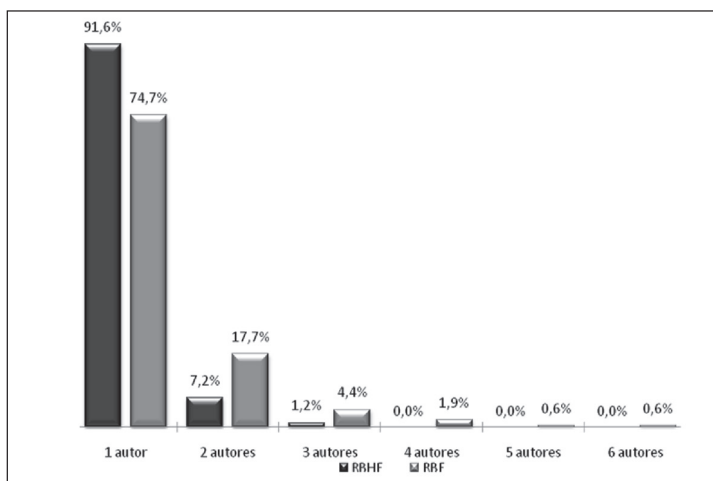
A questão da autoria na área das Ciências Humanas tem merecido reflexões mais sistemáticas nos últimos anos em decorrência do enorme crescimento da produção de teses e dissertações que geram inúmeros artigos. Como já assinalaram outros estudos, a produção científica atual é de tal monta que se torna impossível para um único pesquisador realizar o seu levantamento completo e, principalmente, a sua análise. Além da grande quantidade de teses e dissertações, há centenas de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos que devem ser acrescidos a essa produção. Além disso, a utilização em massa da Internet potencializou a pesquisa pelo acesso fácil a fontes e também porque a possibilidade de se conhecer a produção realizada em cada área nos cenários nacional e internacional facilita a formação de grupos, a troca de informações e o intercâmbio que até o início dos anos de 1990 era praticamente impossível. A Internet proporcionou, ainda, a divulgação científica de inúmeras maneiras (bases de dados, periódicos *on-line*, sites institucionais, sites pessoais). Tal facilidade, se por um lado inaugura novas formas de parceria acadêmica, por outro não extinguiu a tradicional forma de produção na área - a autoria individual - o que se justifica pela própria constituição e dinâmica das Ciências Humanas.

Se para o pesquisador iniciante a sua inserção no cenário científico atualmente depende de seu ingresso em um grupo de pesquisa preferencialmente consolidado, isso apenas caracteriza a forma de produção predominante hoje, pois, no passado, simplesmente inexistiam esses grupos. Hey (2008, p.113) reforça este argumento ao comentar que “para alguns pesquisadores, principalmente aqueles já consagrados no campo universitário, caso de Simon Schwartzman, o grupo de pesquisa não representa uma vantagem no sentido de realização do nome”. Na visão da autora, a razão principal é que “o nome construído individualmente origina maiores ganhos simbólicos e, ao mesmo tempo, sua posição já está demarcada no universo acadêmico” ao passo que “para os iniciantes na carreira acadêmica, pertencer a um grupo de pesquisa significa uma possibilidade de buscar e fortalecer uma posição no espaço acadêmico de referencia” (HEY, 2008, p. 113).

Independentemente das questões que permeiam a formação de grupos de pesquisa, eles se tornaram disseminadores da produção realizada, substituindo a tendência anterior da pesquisa isolada. No entanto, um dado significativo que esta pesquisa revelou foi que, apesar de os pesquisadores participarem desses grupos, publicarem em colaboração de forma a aumentar a publicação científica e realizarem pesquisa de forma interdisciplinar, a **autoria individual** ainda é

predominante nos artigos publicados (Figura 1). Se nas pesquisas em Educação os temas atuais, de modo geral, são os que mais aglutinam pesquisadores, na História da Educação isso não é frequente, o que justifica um maior número de publicação em co-autoria na RBE em relação à RBHE. Na RBHE, a frequência da autoria individual é maior, o que nos permite concluir que a especificidade desse campo influencia a forma de produção e de divulgação científica. A propósito, a questão da autoria individual e coletiva também tem estado presente no campo da História. O Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em História, em 2008, sinalizou a preocupação com critérios quantitativos de avaliação da produção em vigor nas duas últimas décadas, fato que tem gerado uma pressão por “autoria” resultante de práticas que maximizam a produção. Tal maximização, segundo o documento, nem sempre é bem-vinda, considerando a especificidade da pesquisa nesse campo do conhecimento.

Figura 1 - Distribuição dos artigos de acordo com a autoria (RBHE e RBE)

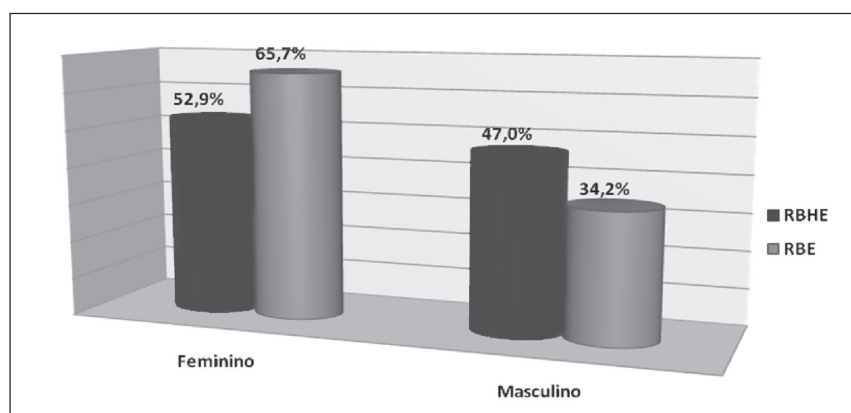


Com os resultados obtidos (Figura 1), inferimos que a pressão pela publicação tem afetado diretamente o comportamento da publicação na pesquisa em educação, uma vez que se constata aumento da autoria coletiva, confirmando a tendência de publicação em colaboração resultante dos moldes de avaliação em vigor. Tal pressão não leva em conta que nas Ciências Humanas o tempo de maturação é mais longo, o que deveria balizar, pelo menos em parte, a frequência das publicações, conforme argumentou Lea Velho (2008): “Só se compara semelhante com semelhante”. Desse modo, se as Ciências Humanas

necessitam de tempo maior para a publicação de seus resultados de pesquisa, a quantidade de publicações de um pesquisador dessa área não poderia ser comparada à de um pesquisador da área de Exatas.

Em relação ao **gênero dos autores** (Figura 2), observamos predominância feminina na RBHE (52,9%) e na RBE (65,7%), confirmando tendência já conhecida da área, embora na RBHE, a incidência de autorias masculinas seja significativa.

Figura 2 - Gênero dos autores que publicaram artigos na RBHE e na RBE no período entre 2000 e 2007



Outro aspecto a ser destacado diz respeito à **vinculação institucional** dos autores, que mostrou concentração das IES públicas nas publicações na RBE e na RBHE. A Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituições situadas na região Sudeste do Brasil, apresentaram o maior número de artigos publicados nas duas revistas. Na RBHE as IES estaduais apresentaram o maior número de trabalhos (25,7%), seguidos das IES federais (16,3%) e das IES privadas (8,1%). Já na RBE verificamos 18,8% de artigos provenientes de IES federais, destacando-se a Universidade Federal Fluminense; 16,1% das IES estaduais e 7,1% das IES privadas.

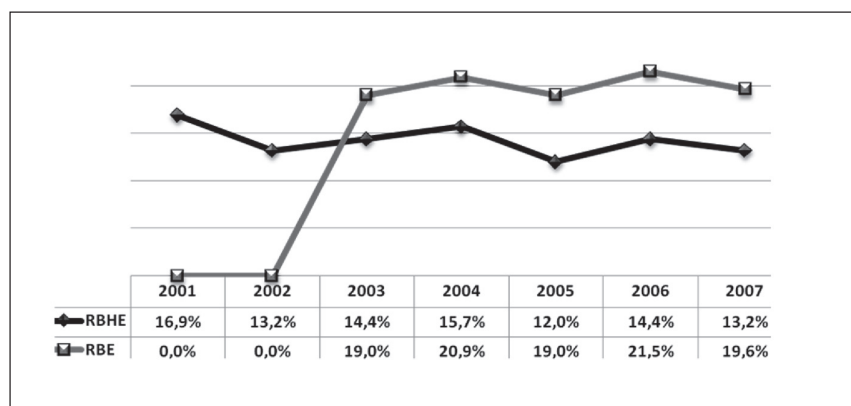
Outra característica observada foi a **região das instituições** de vinculação institucional dos autores dos artigos, verificou-se distribuição desigual no território brasileiro: 45,9% dos autores da RBHE são provenientes da região Sudeste e 10,6% da região Sul, dados que revelam a sub-representação das demais regiões. Com o propósito comparativo, foi observado também o local

de publicação das fontes citadas pelos autores nesse periódico: 46,9% é da região Sudeste. Ou seja, há uma grande presença de pesquisas elaboradas no Sudeste, as quais, por sua vez, se tornam fontes para novos estudos da própria região, confirmando não apenas a superioridade numérica da sua produção, mas também a sua influência sobre todo o campo. Na RBE a predominância das duas regiões foi ainda maior: 52,3% dos autores são da região Sudeste e 15,4 da região Sul. Em relação ao local de publicação das fontes utilizadas nesses artigos, 42,4% são da região Sudeste, resultados que também confirmam a concentração de pesquisadores nessas regiões.

INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DOS ARTIGOS

Ao verificarmos o **número de artigos** das duas revistas analisadas em relação ao ano de publicação (Figura 3), observamos que, enquanto na RBHE a média foi de 5,5 artigos por número e de 11,8 artigos por ano, na RBE a média de artigos por número foi de 10,5 enquanto a anual foi de 31,6 artigos. O número maior de artigos na RBE, tanto por número quanto por ano, além dos aspectos formais, justifica-se pelo fato de ela abordar temáticas mais gerais da Educação, enquanto a RBHE tem por objetivo “ser um canal de divulgação da produção nacional e internacional na área de História da Educação” (SBHE, 2010), o que indica um público mais restrito e um número de pesquisas comparativamente menor.

**Figura 3 – Distribuição dos artigos por ano de publicação
- RBHE (2001 – 2007) e na RBE (2003-2007)**



As **temáticas** de maior interesse nas pesquisas publicadas na RBHE e na RBE foram analisadas por meio das palavras-chave indicadas pelos autores. Verificamos maior dispersão temática na RBE, e maior concentração na RBHE, embora não houvesse predominância de um tema em relação a outro. Entretanto, na RBE os temas com frequência igual apareceram em número muito superior aos da RBHE, evidenciando a dispersão. Nessa revista foi possível constatar que o foco de interesse das pesquisas foi influenciado pelos temas mais em voga, além de análises sobre o Estado e suas políticas educacionais.

A dispersão temática também pode ser decorrência da “falta de objeto”, conforme analisou Cunha (2006), para quem, se hoje “tudo é educação, portanto, educação nada é”. Destaca-se, porém, na RBHE a temática **História da Educação**, que está presente em 4,3% dos artigos, e a temática **Educação**, em 2,6% dos artigos. Esse resultado demonstra que a área de abrangência da Revista (**História da Educação**) é também tida como palavra-chave dos artigos. Dentre as temáticas mais específicas, identificou-se **Cultura Escolar, Historiografia e Formação de Professores**, com presença em 2% dos artigos, **Instrução Pública** (1,7%), **Escola Primária** (1,4%) e **Anísio Teixeira** (1,1%). Nas temáticas com porcentagem menor que 1%, predominaram temas sobre **Educação Comparada, História da Escola, Reformas Educacionais, Fontes, Escola Nova**, entre outros. O ensino, quando aparece, geralmente está relacionado às reformas estaduais. Na RBE, o leque é muito amplo, predominando **Formação de Professores** (1,8%), **Cultura** (1,3%), **Educação de Jovens e Adultos** (1,3%) e **História da Educação** (1%). Dentre as temáticas com porcentagem menor que 1%, destacam-se: **Letramento, Currículo, Juventude, Tecnologias da Informação, Ensino** (várias modalidades), **Reforma do Estado, Relações raciais, Educação e Trabalho, Entre-Lugares, História de Vida, Subjetividade, Multiculturalismo**, entre outros. O tema escravidão só apareceu na RBHE enquanto as várias modalidades de ensino, apenas na RBE.

Ao se pensar em pesquisa, é preciso ter em mente a existência de um processo sistemático de coleta e análise de dados. Esse processo ainda envolve a formulação dos problemas, objetivos e hipóteses. Para a execução desse processo, é necessária a definição do delineamento, da estrutura investigativa, que orienta a pesquisa desde a delimitação dos critérios de seleção dos participantes até os procedimentos de análise dos dados.

As Ciências Humanas, em geral, possuem características diferentes de outras áreas do conhecimento; suas **pesquisas** são de caráter mais denso,

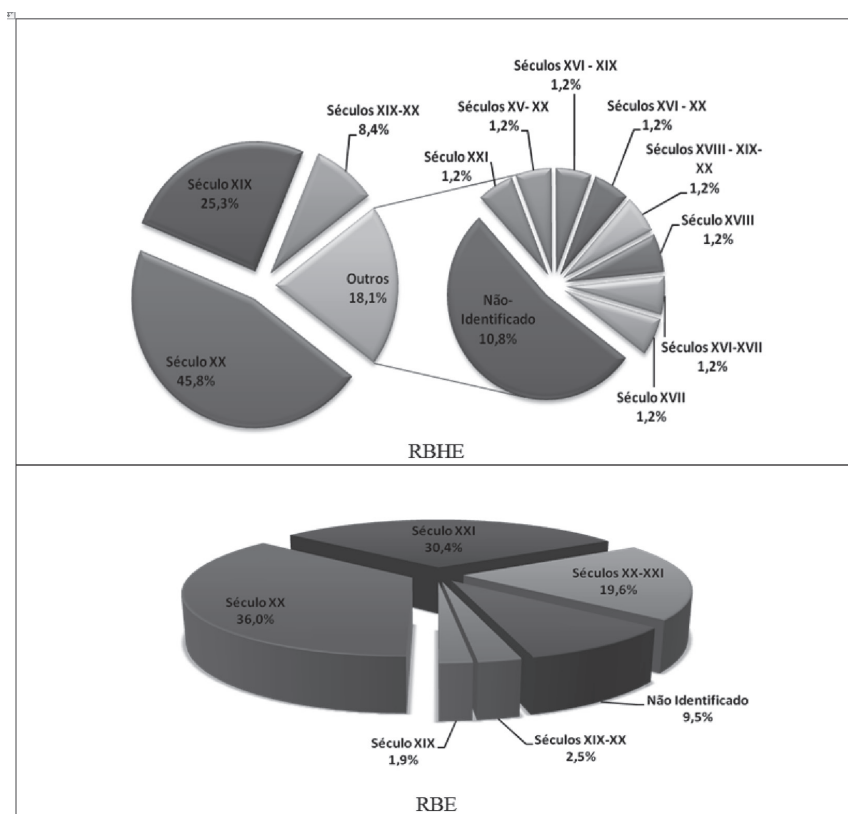
necessita de maior espaço para a argumentação teórica, além de maior tempo para a conclusão. Confirmou-se essa argumentação com os achados da pesquisa. Nas duas revistas analisadas, mais de 98% dos artigos indicaram a pesquisa qualitativa como forma de abordagem, utilizando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica. Em relação aos instrumentos de coleta de dados, predominou a utilização da análise documental. Considerando que a RBHE é especializada em publicar artigos da História da Educação, área próxima à História, é compreensível esse resultado, pois esta última prima pelo emprego de documentos como fontes indispensáveis para a produção de conhecimento. Obviamente aqui a compreensão sobre o documento não se limita ao oficial. Outra especificidade dos artigos da RBHE consistiu no emprego de jornais como fontes de pesquisa, recurso muito mais expressivo e com maior variedade se comparado aos artigos da RBE. Na RBE, apesar de 80,4% da coleta de dados terem sido do tipo documental, empregou-se também a entrevista (9,5%), a observação (6,3%) e o questionário (3,8%).

Quanto aos **períodos** de maior interesse (Figura 4), os artigos analisados na RBHE e na RBE focalizaram temáticas relacionadas ao século XX. Esse dado é significativo na comparação entre as duas revistas, pois confirmam o interesse das pesquisas em História da Educação também por temáticas relacionadas ao século XX. Miriam Warde (1990) já havia feito essa observação ao avaliar criticamente as dissertações elaboradas nos Programas de Pós-Graduação em Educação detectando a dominância de recortes que incidiam sobre a conjuntura presente e a diminuição de estudos historiográficos. A preferência pela contemporaneidade foi confirmada. Por exemplo, dentre os artigos da RBHE, 45,8% trataram do século XX, enquanto apenas 3,4% focalizaram os séculos XVI e XVII. Na RBE, 36% dos artigos focalizaram temáticas do século XX, enquanto 30,4% abordaram o século XXI. Embora sejam esses os séculos mais presentes, na RBE apareceu também o século XIX, embora com pouca frequência (4,4%). Entretanto, nenhum artigo tratou de séculos anteriores. O século XXI, por sua vez, não se constituiu em período pesquisado nos artigos da RBHE, enquanto os séculos XVI, XVII e XVIII só constaram nesta revista.

A investigação sobre a **abrangência geográfica** do objeto de estudo dos artigos analisados objetivou verificar em que medida realidades externas ao Brasil são temas estudados por pesquisadores brasileiros. Por serem periódicos de circulação nacional, a maioria dos artigos envolveu temáticas relacionadas ao Brasil: 72,3% na RBHE e 74,7% na RBE. A grande porcentagem de artigos em que não foi identificada a localidade a qual a pesquisa

se referia foi atribuída àquelas que tratam de temáticas gerais, não-associadas a um local específico. Na RBHE, 3,6% dos artigos tiveram como foco de pesquisa a França e a Argentina, 2,4% os Estados Unidos e a Europa (sem determinação do país). Já na RBE, notamos um interesse maior pelo México (2,5%), Portugal (1,9%) e Argentina (1,3%).

Figura 4 – Períodos de maior interesse nos artigos da RBHE e RBE.



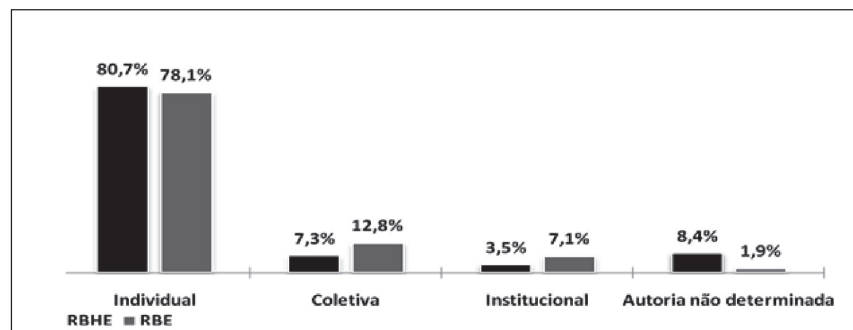
INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DAS CITAÇÕES

Levando em conta as possibilidades de análise obtidas com o estudo das citações e a importância da citação bibliográfica dentro de um campo de pesquisa, apresentamos a seguir indicadores bibliométricos construídos a partir da análise de citações presentes nos artigos publicados na RBHE e na RBE.

Foram contabilizadas 2.255 citações nos 83 artigos publicados na RBHE, com uma média de 27,1 citações por artigo. Na RBE, foram contabilizadas 3.825 citações nos 158 artigos publicados, com média de 24,2 citações por artigo.

A **autoria das citações** nos artigos publicados tanto na RBHE como na RBE é do tipo individual, coletivo ou institucional. Apesar de não discrepante, a proporção de citações do tipo individual na RBHE é maior que na RBE (Figura 5), fato também observado na autoria dos artigos, prevalência que acreditamos estar associada à especificidade desta subárea.

Figura 5 - Distribuição dos artigos citados de acordo com a autoria (RBHE e RBE).



Na análise das citações, verificamos que algumas obras citadas tratavam-se de documentos de arquivo, portanto fontes primárias e sem autoria identificada, por exemplo: Caderno de rascunho de Marie Moulin, realizado por volta de 1863; na escola de Darnétal, o Livro das Actas do Presbyterio de Bahia e Sergipe e os Relatórios do Ministro do Império de 1856 e 1872 (Citados na RBHE).

Quanto aos autores citados, trata-se de um aspecto importante por ser um indício dos referenciais teóricos empregados nos artigos.

Na RBHE, os autores mais citados foram Roger Chartier (1,7%), Clarice Nunes (1,5%), Pierre Bourdieu, Maria Marta Chagas de Carvalho e Diana Gonçalves Vidal (1,2%), Michael Foucault (1,1%), António Nóvoa e Cynthia Greive Veiga (0,8%), Fernando de Azevedo e André Chervel (0,7%), Luciano Mendes de Faria Filho, Miriam Jorge Warde, Manuel B. Lourenço Filho e Anísio Teixeira (0,6%), entre outros.

Na RBE, os mais citados foram: Pierre Bourdieu e Michael Foucault (1,1%), Stuart Hall (0,7%), Boaventura de Souza Santos, Tomaz Tadeu da

Silva e Paulo Freire (0,5%), Nestor Canclini, Alice Casimiro Lopes, Maria Teresa Sirvent, Vera Candau, Michael de Certeau e Antonio Flávio Barbosa Moreira (0,4%), Mikhail Baktin, Edgard Morin, Alfredo Veiga-Neto, Stephen J. Ball, Dermeval Saviani, Gilles Deleuze, Pablo Gentili, Luiz Antônio Cunha, José de Souza Martins, Gaudêncio Frigotto, Carlos Roberto Jamil Cury e Acácia Kuenzer (0,3%), entre outros.

A autoria institucional diz respeito às obras publicadas por instituições governamentais ou privadas. A RBE possui o dobro (7,1%) de citações com autoria institucional comparativamente à RBHE (3,5%). Essa é uma especificidade dos artigos da RBE, pois geralmente as pesquisas em educação, principalmente as que tratam de política educacional, recorrem à legislação como fonte, o que pouco ocorre nas pesquisas em História da Educação. Na RBHE, entre os documentos citados, destacamos a presença do Brasil (0,4%) e de alguns Estados, como Paraná (0,9%), Minas Gerais (0,6%), Mato Grosso (0,3%). Os documentos com autoria “Brasil” referem-se a publicações da Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, como leis e regulamentos, por exemplo: Lei Imperial n. 4 de 3 de outubro de 1834, Reforma do Ensino Primário (1883), Reforma do Ensino Secundário (1882), Lei orgânica do Ensino Superior (1912). Já as citações de documentos com autoria dos Estados referem-se a documentos, relatórios, leis e regulamentos, por exemplo: publicações da Tipografia Paranaense, como o Regulamento de ordem para as escolas de Instrução Primária de 1857, Coleção de leis e decretos do Estado de Minas Gerais (1892-1930), Documentos do Arquivo Público de Mato Grosso, como o Regulamento Interno da Escola Normal de Cuiabá.

Na RBHE, entre as citações institucionais, somente a Universidade de São Paulo (0,4%) obteve frequência maior que seis. Alguns documentos citados foram Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1949), editado pela Seção de Publicações da USP em 1953, Relatório Geral do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros de 1972, Catálogo de teses e dissertações (1942-1997) da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, publicado em 1998. Já na RBE verificou-se que “Brasil” como autoria recebeu 2,6% das citações. São citações de documentos que oficializam as políticas públicas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

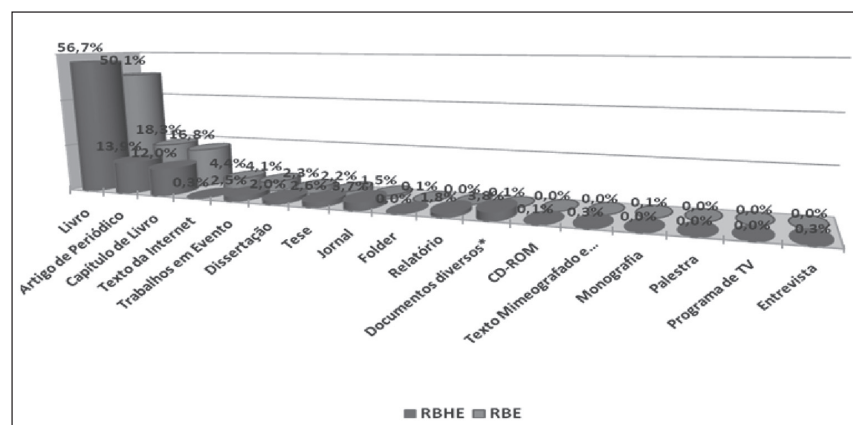
Ademais, na RBE constatamos a presença de duas importantes entidades da Educação: a ANPED e o INEP (0,2%). Os títulos mais citados foram: Anped 25 anos - Sistemática de avaliação de trabalhos, pôsteres e mini-cursos e Histórico e avaliação dos grupos de trabalho (ANPED) e Sinopse Estatística

da Educação Básica: Brasil, Regiões e Unidades da Federação, Censo de educação superior e Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade (INEP).

Na análise dos autores citados, foi detectado o fenômeno da autocitação. A autocitação é uma prática comum nos artigos científicos. Assim como a citação, é uma forma de conectar um trabalho ao outro. Verificou-se que no total de 2.255 citações presentes na RBHE, 4,7% foram autocitações. Já na RBE, no total de 3.825 citações, 5,7% foram autocitações. Segundo Garfield (1979), as autocitações não garantem o impacto do autor na comunidade científica. As autocitações “embora sejam consideradas por alguns autores como um tipo normal de citação, não representam o impacto de um trabalho (ou autor) sobre outro” (FREITAS, 1997, p. 126).

Em relação às **tipologias documentais** das fontes citadas, constatamos a presença de 17 tipos de suportes informacionais (Figura 6) na RBE e RBHE, a saber: livros, artigos de periódico, capítulos de livro, texto da Internet, trabalhos em evento, dissertação, tese, jornal, *folder*, relatório, documentos diversos, CD-ROM, texto mimeografado e digitalizado, monografia, palestra, programa de TV e entrevistas.

Figura 6 - Tipo de suporte das fontes citadas nos artigos da RBHE e da RBE.



No padrão de citação, constatamos maior percentual de citação de livros (56,7% na RBHE e 50,1% na RBE) do que a citação de artigos em

periódicos (13,9% RBHE e 18,3% RBE), o que reforça nossa análise anterior sobre a importância dos livros como obras de referência das Ciências Humanas. Em síntese, nossos resultados confirmam a predileção da área pela citação dessa fonte.

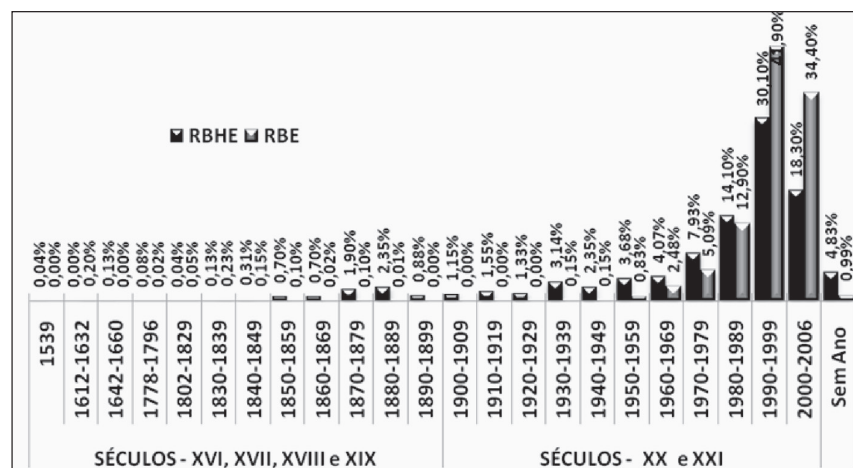
Tanto na RBHE como na RBE, são proporcionalmente baixas as citações de teses e de dissertações, como também dos trabalhos apresentados em eventos (RBHE, 2,5% e RBE 4,1%). O número de citação, somando-se teses e dissertações, corresponde apenas a 4,6% das citações na RBHE e a 4,5% das citações na RBE, indicando que esse tipo de literatura ainda é pouco consultado pelos pesquisadores da Educação e da História da Educação. Tal resultado suscita reflexões, pois indica que essas teses e dissertações quase não são consideradas no momento da elaboração de novas pesquisas, o que é grave porque tempo e recursos públicos foram investidos nessa produção.

Quanto às citações de documentos da Internet, a RBE teve um índice de citação de 4,4%, enquanto na RBHE o índice foi de apenas 0,3%, o que nos faz considerar que o comportamento de citação da RBHE reflete a necessidade da área de pesquisar em fontes primárias. O número relativamente baixo de citações de documentos da Internet indica que, apesar da sua expansão na última década, ainda prevalece a consulta a fontes impressas para o desenvolvimento da pesquisa educacional, característica predominante dos estudos históricos que recorrem mais à pesquisa documental e às fontes primárias, embora hoje seja possível consultar fontes primárias *online*.

Uma vez que a citação de livros é predominante, deparamo-nos com uma situação interessante: os pesquisadores desse campo continuam considerando os livros como veículos importantes, mas, premidos pela pressão da avaliação institucional, acabam se submetendo à necessidade contínua de publicarem artigos em periódicos reconhecidos e sendo obrigados a postergar a elaboração de livros.

O **nível de atualidade** das fontes citadas foi verificado por meio do ano de publicação das mesmas (Figura 7), embora esse indicador, no caso da História da Educação deva ser considerado de outra perspectiva, uma vez que a atualidade não é um valor em si para o campo da História.

Figura 7 – Distribuição das fontes citadas por ano.



Desse modo, os resultados obtidos permitem que se façam as seguintes inferências: o nível de atualidade (considerado em até cinco anos) das fontes citadas na RBE é 16,1% maior que o mesmo nível das fontes citadas na RBHE. A década de 1990 contém a maior porcentagem de fontes citadas nas duas revistas. Essa concentração possivelmente esteja relacionada ao aumento no número de publicações que se estabeleceu nessa década, o que novamente está ligado à política de avaliação dos Programas de Pós-Graduação em vigor a partir de então. A fonte mais antiga citada na RBHE foi publicada em 1539; trata-se da Cartilha com preceitos da Santa Madre Igreja, obra de autoria de J. de Barros, publicada em Lisboa pela editora Luís Rodrigues. Já a fonte mais antiga citada na RBE data de 1612; trata-se do Relatório sobre a didática de Ratke.

Na análise das citações presentes nos artigos, verificou-se que há grande representatividade de **fontes internacionais** (59% na RBHE e 42,5% na RBE). Apesar dessa porcentagem, a maioria das citações encontra-se no idioma português, fato que pode indicar o pouco diálogo e troca de experiências com intelectuais estrangeiros, inclusive se comparado ao início da Pós-Graduação no Brasil.

CONCLUSÕES

A pesquisa sobre os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação (RBE) e na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) indicou resultados como o predomínio de autorias individuais tanto na publicação como na citação, dispersão temática, foco de interesse em temáticas internas (Brasil), concentração da produção científica na região Sudeste, etc.

Além disso, constatamos que tanto na RBHE quanto na RBE, as citações de teses e de dissertações são proporcionalmente baixas em relação às outras fontes pesquisadas, tais como livros, artigos de periódicos, capítulos de livros e até mesmo de jornais, como foi o caso dos artigos da RBHE. Se a pesquisa educacional está concentrada nos cursos de pós-graduação, onde naturalmente as teses e dissertações se constituem em produtos da pesquisa científica, observamos que possivelmente esteja acontecendo uma rápida transformação desses produtos em artigos de periódicos e capítulos de livro. Fica-nos a impressão de que o objetivo é transformar, o quanto antes, essas dissertações e teses em artigos, não se convertendo, elas mesmas, em objeto de consulta dos pesquisadores.

A pesquisa realizada constatou a adesão aos novos objetos, tendência também presente no campo da pesquisa em História, conforme analisou Ciro Flamarion Cardoso (1995), para quem, desde a década de 1990, temas sobre os quais ainda não se chegara a uma compreensão satisfatória foram abandonados e substituídos pelos que estavam em voga. Essa característica nos reporta a Bourdieu (2001), para quem existe uma hierarquia social dos objetos e o estabelecimento do que é importante ou não ser estudado também é definido pela disputa que se trava no campo. Em outra obra ele escreveu: “O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros”. (BOURDIEU, 1983, p. 125).

Se a produção do conhecimento tem caráter histórico e, por isso, todo pesquisador precisa levar em conta o que foi produzido antes dele, acreditamos que a contribuição dessa pesquisa se justifica porque os artigos publicados nas duas revistas constituem fontes importantes que nos possibilitaram conhecer e acrescentar um pouco mais aos estudos já realizados sobre a produção acadêmica da educação em geral e da História da Educação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BITTAR, M. **O estado da arte em História da Educação após 1985**: um campo em disputa. Campinas: HISTEDBR/UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_078.html>. Acesso em: 30 ago. 2008.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. cap. 4, p. 122-155.

BOURDIEU, P. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação** (Pierre Bourdieu). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 33-38.

CARDOSO, C. F. Para Ciro Flamarion, época de transição explica impasse teórico. **Registro**, Mariana, v. 2, n. 3, p. 4-6, mar./ago., 1995.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CUNHA, L. A. Os (des) caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. In: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Org.). **Seminários sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em Educação**. Brasília: MEC/CAPES, 1979. p. 3-15.

CUNHA, L. A. **Palestra sobre os 40 anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos: PPGE, 2006. (anotação manuscrita).

FREITAS, M. H. de A. Oito anos de transinformação. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, set./dez., 1997.

GARFIELD, E. Is citation analysis a legitimate evaluation toll? **Scientometrics**, Amsterdam, v. 1, n. 4, p. 359-375, 1979.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, v. 5, n. 31, p. 1-17, jul./set. 1986.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, p. 1-20, 1970.

GOUVEIA, A. J. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 60, n. 135, p. 495-500, out./dez. 1974.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 19, p. 75-79, dez. 1976.

HAYASHI, C. R. M. **O campo da história da educação no Brasil**: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. 249f. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. M. S. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 27, p. 131-154, 2008.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - SBHE. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados pra medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília: v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002

VELHO, L. **Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar**. São Carlos, 11 abr. 2008. (Palestra)

WARDE, M. J. O papel da pesquisa na Pós-Graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 67-75, maio 1990.

ZEQUERA, L. H. T. **Historia da educação em debate**: as tendências teórico-metodológicas nos Congressos Ibero-Americanos (1992-1998). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.